

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2025.r6a09>

Recebido em: 15/11/2024

Aceito em: 30/01/2025

ESTRATÉGIA CURRICULAR NA EJA: PROJETO EJA QUALIFICA

CURRICULAR STRATEGY IN EJA: EJA QUALIFICA PROJECT

Léia de Andrade Rodrigues

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6881-5286>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4126047535298408>

Especialista em Educação

Word Ecumenical University

E-mail: leiandraderodrigues@gmail.com

Kalina Alessandra Rodrigues de Paiva

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8869-9033>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4094363219456585>

Doutora em Estudos da Linguagem

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, Brasil

E-mail: kalina.paiva@ifrn.edu.br

Jeovana Marques Pereira Siqueira de Lima

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-6706-1042>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7264668840719718>

Especialista em Orientação Pedagógica para o Novo Ensino Médio

Word Ecumenical University

E-mail: jeovanampsl@homail.com

RESUMO

O presente artigo relata uma experiência exitosa do Projeto EJA Qualifica, em São Tomé/RN, o qual visou à qualificação social e profissional de estudantes jovens e adultos, por meio de uma nova proposição curricular. À guisa de resultados, a ação alcançou significativa redução da evasão e também preparando tais estudantes para o mundo do trabalho. Além dos documentos oficiais que versam sobre a referida modalidade de ensino, o pensamento de Carrano (2007) e o de Freire (2011), entre outros, serviram de base para o aporte teórico.

Palavras-chave: Currículo; Educação; EJA qualifica; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This article reports on a successful experience of the EJA Qualifica Project in São Tomé/RN, which aimed to provide social and professional qualifications for young and adult students through a new curricular proposal. As a result, the action achieved a significant reduction in dropout rates and also prepared these students for the world of work. In addition to the official documents that address this type of education, the thinking of Carrano (2007) and Freire (2011), among others, served as a basis for the theoretical contribution.

Keywords: Curriculum; Education; EJA qualifica; pedagogical practices.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo traz um relato de experiência sobre uma ação pioneira, desenvolvida no estado do Rio Grande do Norte, o *Projeto EJA QUALIFICA: Qualificação social e profissional, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos*, uma proposta andragógica de redimensionamento da referida modalidade de ensino, de forma integrada, com vistas à qualificação social e profissional. Vem sendo desenvolvido na Escola Municipal Monsenhor Manoel Pereira da Costa, na cidade de São Tomé/RN, desde 2021, de forma colaborativa entre a equipe técnica pedagógica da Secretaria de Educação e o corpo de professores que atua na EJA.

Em um primeiro momento, foi elaborada uma minuta que permite diálogo com os professores que atuam na EJA, com o objetivo de colher contribuições para o contorno final do documento, seguida da etapa de formação dos professores para que estes se apropriassem dos princípios mobilizadores das ações; compreendessem o desenho curricular de integração entre formação geral e profissional; pensassem sobre os procedimentos metodológicos pela ressignificação e reorganização da EJA na escola participante da experiência piloto.

A etapa de implementação e avaliação foram integradas, obedecendo o movimento dialógico da ação-reflexão-ação. Dessa forma, à medida que se propôs a realização das atividades da Dimensão de Qualificação Profissional, com seus Eixos Básicos Integradores, e da Dimensão de Formação Geral, com seus Eixos de Componentes Curriculares por Áreas de Conhecimento, seguiu-se a consecução das ações do projeto em concomitância com as práticas de avaliação das metodologias de ensino e das aprendizagens efetiva.

2 DESAFIOS DA EJA: CONTEXTO E PROBLEMÁTICA

As ações educacionais junto a adultos não são novas no Brasil. Estas perpassaram vários cenários desde o período colonial até os dias atuais em uma série de avanços e retrocessos em sua história.

Dando um salto no tempo, especificamente nos anos de 1959 a 1964, período de luz para a Educação de Jovens e Adultos (Haddad, 2000), houve significativas ações educacionais para esse público, que por meio dos ideais de Educação Popular – difundidos especialmente por Paulo Freire – Angicos – às 40 horas, deram início a campanhas e programas no campo da educação de adultos, entre esses o *Programa De pé no chão também se aprende a ler*, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Natal. Porém, com o advento do Golpe Militar, houve uma ruptura nesses programas. Os movimentos de educação popular foram reprimidos, seus líderes perseguidos e seus ideais censurados (Haddad, 2000).

Houve ainda uma tentativa do Estado em minimizar os “danos” causados, fundando o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL – (1967) que tentava em suas propostas conciliar os interesses educativos de uma grande massa de adultos com os interesses hegemônicos do modelo socioeconômico implementado pelo regime militar.

Após esses percursos descontínuos da Educação de Jovens e Adultos, somente com a Constituição Federal de 1988 é que os sujeitos jovens e adultos passam a ser respaldados em seus direitos, efetivamente, garantidos pela responsabilização do Estado na oferta do ensino básico. Entretanto, essa redemocratização da educação de adultos é marcada pela contradição entre o direito jurídico formal e a sua negação resultante do insucesso das políticas públicas para este campo.

Com um pesar histórico da insuficiência no atendimento educacional para jovens e adultos, especialmente no âmbito da alfabetização, a cultura escolar brasileira encontra-se ainda impregnada pela concepção compensatória de educação, visto como uma forma de reposição de estudos não realizados na infância ou adolescência (Pierro, 2005, p. 4).

Nesse sentido, o embate entre o paradigma compensatório da EJA e a concepção de Educação Continuada – proclamada pela V Conferência Internacional de Educação de Adultos, 1997 – permeia as políticas públicas nos direcionamentos à superação da posição marginalizada, historicamente ocupada pela EJA.

Pierro (2005, p. 4) diz que:

Não se pode, porém, atribuir apenas à estreiteza pedagógica do paradigma compensatório os escassos resultados qualitativos alcançados pelo ensino supletivo, para os quais também contribuíram a crônica escassez de recursos financeiros e a falta de preparo específico dos professores, mazelas que [...] afetaram de modo mais agudo as modalidades de menor prestígio, como a educação de jovens e adultos (Pierro, 2005, p. 4).

Ao passo em que se implementavam políticas públicas para EJA, colocava-se em contradição o papel do Estado na oferta de educação para todos, uma vez que o governo federal tendia a “terceirizar” o atendimento educacional para o público de jovens e adultos, delegando a instâncias filantrópicas, a Sociedade Civil e mais pretensiosamente aos municípios o dever de atender as demandas de educação dessa modalidade de ensino.

Dessa forma, ainda que os órgãos nacional e internacional tentassem redefinir a identidade da EJA – marcada pelo estigma do analfabetismo – e pela secundarização na agenda das políticas educacionais brasileira, a preocupação da reforma educacional da década de 1990, centrava-se no ensino fundamental para crianças e adolescentes, visto como estratégia de prevenção do analfabetismo, já que a relação custo-benefício da EJA era menos favorável que a educação primária para crianças (Pierro, 2005, p. 9).

Assim sendo, da década de 1990 até início dos anos 2000, o Governo Federal conferiu lugar marginal à educação básica de jovens e adultos, o que conseqüentemente sustentou as elevadas taxas de analfabetismo e postergou a resolução da questão para os anos vindouros.

Com as mudanças de governo (2003), houve também uma mudança de discurso no qual a alfabetização de jovens e adultos passou a ocupar o rol das prioridades governamentais (Pierro, 2005). Neste aspecto, reabre-se espaço para a Sociedade Civil discutir o tema da alfabetização de adultos, bem como criam-se os Fóruns que discutem dentre outras prioridades, a formação inicial e continuada do corpo docente da EJA.

A partir da instituição da Lei 10. 172/2001 que aprovou o Plano Nacional de Educação para o decênio 2001-2010, houve o reconhecimento da

[...] extensão do analfabetismo absoluto e funcional e sua desigual distribuição entre as zonas rural e urbana, as regiões brasileiras, os grupos de idade, sexo e etnia. O Plano admitia ser insuficiente apostar na dinâmica demográfica e atuar

apenas junto às novas gerações, propondo que ações de escolarização atingissem também os adultos e idosos (Pierro, 2010, p, 944).

Outra vez o problema secular do país é mencionado nas políticas educacionais. Todavia, muito do que foi colocado como meta no respectivo PNE não pôde ser concretizado, como a erradicação do analfabetismo em uma década. O Plano demonstrava-se passível de reelaboração/postergação, pois não apresentava estratégias de cumprimento das metas, bem como inviabilização nos planos de investimento em educação.

Com efeito, o Plano Nacional de Educação 2001-2010, embora não tenha obtido o êxito esperado, delineou significativa mudança referente à EJA, situando-a na política educacional, atribuindo a este campo maior relevância, tanto nos discursos quanto nas ações do governo.

Foi neste sentido que a Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010) debateu a educação de jovens e adultos, apontando os principais desafios a serem superados pelas novas políticas públicas e planos de educação (Pierro, 2010).

Nesse contexto surge o novo Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 13. 005, de 25 de junho de 2014, trazendo 20 metas; 254 estratégias de cumprimento e 10 diretrizes para a educação do decênio 2014-2024.

Dentre as metas do novo PNE, três destinam-se à Educação de Jovens e Adultos: Meta 8, equalização dos anos de estudo da população entre 15 e 29 anos; Meta 9, universalização da alfabetização e redução do analfabetismo funcional e Meta 10, articulação da EJA com a educação profissional.

Tamarozzi (2009) destaca algumas especificidades características da EJA. Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos têm desejo fervescente de aprender; aprendem somente aquilo que tem necessidade de aprender; aprendem melhor na prática; têm o aprendizado encenado em situações reais; aprende melhor em diálogos informais, nos quais se sintam à vontade para mostrar suas ideias, vivências, dúvidas e anseios; possuem experiências de vida que afetam o aprendizado; demonstram melhor aproveitamento quando utilizados vários métodos, recursos e procedimentos de ensino e, sobretudo, querem oportunidades para descobrir e construir conhecimentos com autonomia, principalmente quando se refere ao acesso aos bens culturais e à valorização social resultantes do domínio da leitura e da escrita.

Desse modo, ao se trabalhar com e para os jovens e adultos faz-se necessário entendê-los como sujeitos sócio-históricos que possuem histórias de vida atravessadas pelos eventos sociais e culturais constituintes de suas identidades e experiências. Esses sujeitos, por sua vez, precisam ter como referência de aprendizagem essas trajetórias que poderão ser compreendidas e ampliadas no contexto do ensino institucionalizado.

Conforme reconstituição feita anteriormente, a EJA sempre esteve historicamente secundarizada no âmbito das prioridades educacionais brasileira (Pierro, 2005). Este tratamento marginal, por sua vez, desnuda os extensos desafios educacionais acumulados há anos.

Nesse sentido, Cara (2014, p. 32) expõe que:

Após ser um tema central entre as décadas de 1950 e 1980, a EJA tornou-se uma questão invisível no Brasil. Hoje ela reflete, como nenhuma outra, a incapacidade do país em consagrar o direito à educação. E pior: desnuda o descomedimento do Estado Brasileiro e de setores da sociedade com a questão social (Cara, 2014, p. 32).

A histórica descontinuidade com que foi sendo tratado este campo da educação – ora discutido, ora esquecido – impulsionou os percentuais de analfabetismo no Brasil, que se revelam através de dados da Unesco, apontando o Brasil como o oitavo país com maior número de analfabetos no mundo, sendo o primeiro da América Latina, demonstrando a irrelevância da questão atribuída pelo Estado.

Com as mudanças na Constituição de 1988 e na LDB N° 9394/96, interferindo nos setores políticos e sociais do país, a Educação de Jovens e Adultos passa a ocupar lugar na agenda política educacional brasileira, mesmo que de forma “tímida” e ainda com pouco rigor de relevância com que deveria ser tratada.

Nesse contexto, entre as políticas públicas e documentos referentes à EJA, lança-se com fundamental importância o atual Plano Nacional de Educação (2014-2024) que, pelo seu caráter substancialmente democrático, apresenta metas para a EJA que foram discutidas e analisadas pelos órgãos do Estado, bem como pela Sociedade Civil Organizada.

Esse documento mostra-se promissor para o cenário educacional nacional, uma vez que respalda a sociedade em seus direitos de reivindicar uma educação de qualidade, já que foi erigido a partir da Lei N° 13.005 de 25 de junho de 2014 e contou com a participação da sociedade civil em sua elaboração.

As metas do Plano referentes à EJA são três: meta 8 - equalização dos anos de estudo da população entre 15 e 29 anos; meta 9 - universalização da alfabetização e redução do analfabetismo funcional; e meta 10 - articulação da EJA com a educação profissional (Brasil, PNE 2014 – 2024).

Todavia, as que ganham destaque neste artigo, por se tratar de um desafio urgente da EJA, são as metas 8 e 10. Certamente, um problema secular não será suscetível de reparação em apenas uma década. Sua evidenciação no Plano legal apresenta-se como prerrogativa para se alargar os passos rumo à sua resolução.

Deste modo, mencionou-se que a pouca atenção dada pelas políticas educacionais à EJA, induziu, de certa forma, à um tratamento pedagógico descaracterizante das especificidades dessa modalidade, sobretudo no que concerne ao Currículo.

A não identificação com o Currículo, muitas vezes inflexível, ministrado aos jovens e adultos – assemelhado ao de outras modalidades de educação – torna-se um agravante, dentre outros, da não permanência do público da EJA nos espaços escolares.

Esse fator incide sobre a formação de professores da EJA, uma vez que essa modalidade requer um tratamento diferenciado, por ter especificidades relacionadas às características sociais, psicológicas, culturais e de identidades particulares de seus sujeitos, não perdendo de vista outras prioridades cujas metas de realização cumprem ao Estado, tais como as de investimento em educação.

Há de se considerar a nova feição do público da EJA, em decorrência da instituição da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de outubro de 2020, a qual definiu Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, estabelecendo 9 anos para educação básica do ensino regular, isto é, passando a admitir estudantes a partir dos 15 anos na EJA.

A Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2020, instituiu Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso na referida modalidade, entre outros aspectos. Tais mudanças trouxeram implicações para a juvenilização da EJA, contudo não ocorrendo uma proposição curricular adequada a esta modalidade com essas novas feições.

Mesmo com os avanços no que diz respeito ao direito à educação, previsto no art.205 da Constituição Federal, a modalidade EJA, na sociedade atual, ainda encontra grandes desafios,

uma vez que parte desse público ainda está fora das salas de aulas, pois a evasão e a repetência, formas de exclusão estudantil, ainda são bastante expressivas no contexto escolar, seja nas escolas públicas municipais ou estaduais. Mensurando em números, cerca de dois milhões de jovens estão fora das escolas no Brasil, segundo os dados estatísticos do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Esses dados aumentaram com a pandemia. No caso da escola em questão, resta dizer que estava para fechar o turno noturno, devido à redução considerável de matrículas na EJA. Para se ter ideia, apenas 15 alunos matricularam-se em 2021. No retorno à presencialidade, encontrou-se, assim, uma instituição com estudantes bastante desmotivados para regressarem à sala de aula.

Para mudar essa realidade, elaborou-se um curso de formação continuada voltado aos educadores desta modalidade, com um material didático criado pela equipe, tendo como referência a perspectiva interdisciplinar.

Assim, surgiu a necessidade de implantar uma proposta educativa diferenciada, partindo de algumas indagações: O que a escola poderia fazer para motivar os estudantes a voltarem ao espaço escolar? Como buscar novos conhecimentos que atendessem aos interesses de forma significativa? Como conquistar novos horizontes e espaços na sociedade? Essas foram algumas questões que impulsionaram a criação do projeto.

O projeto reforça a urgência no fortalecimento da EJA e está em consonância com a atual preocupação das políticas públicas, considerando uma entrevista recente da Diretora de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, Cláudia Borges (2023), ao Portal Porvir sobre a atual discussão na Setec (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) a respeito de uma possível proposta de formação profissional, objetivando o aumento da escolaridade do público-alvo a quem este projeto também está voltado. Segundo ela, “Temos que fazer uma oferta condizente com a sua condição de trabalhador, com espaços e tempos diferenciados para todo esse público.” (D’Maschio; Lopes, 2023, p. 231).

Na próxima sessão, serão apresentadas as ações do projeto.

3 APLICABILIDADE DO PROJETO EJA QUALIFICA: IMPACTO E RELEVÂNCIA

A andragogia (Andragogik) é discutida pelos estudos do alemão Alexander Kapp (1833) e do americano Malcolm Shepherd Knowles, a partir dos anos 1970, estabelecendo-se como

campo próprio de discussão e de compreensão das maneiras de ensinar e aprender utilizadas na educação de jovens e adultos. Ocorreu a necessidade de pensar sobre formas específicas de didáticas e estratégias metodológicas para tratar do processo de elaboração conceitual, partindo do pressuposto que interagimos com estudantes que já possuem carga significativa de experiências socioculturais, inclusive interação com o mundo do trabalho e formas diversas de sobrevivência.

No campo das práticas andragógicas considera-se o autoconceito e a autonomia dos jovens e adultos aprendentes como elementos essenciais nas interações que estabelecem nas situações de ensino e de aprendizagem. Ainda, as experiências culturais na família, no trabalho e na comunidade são indicadas como pontos fundantes para o diálogo significativo com os conhecimentos escolares, historicamente elaborados pela humanidade.

Sob a ótica da andragogia, ressignificamos a maneira como concebemos a EJA, considerando como primordiais os seguintes princípios: Formação humana integral: educação, trabalho e cultura, Trabalho como princípio educativo, Integração entre conhecimentos: interdisciplinaridades, Unidade entre teoria e prática, Qualificação social e profissional e Dialogicidade no processo de ensino e de aprendizagem.

Pautados neste princípio e após conhecer o público-alvo, pensou-se na seguinte configuração curricular do projeto:

Figura 1 – configuração curricular do projeto



Fonte: Autoria própria (2024).

Estruturado da forma vista anteriormente, o Projeto EJA QUALIFICA cumpriu com a sua finalidade ao oferecer ao estudante que está no mercado de trabalho, ou em busca uma oportunidade de articulação dos conhecimentos escolares com qualificação social e profissional numa perspectiva humanizadora com vista ao pleno exercício da cidadania. Para tanto, iniciou como projeto-piloto, em 2021, sistematizando a proposta andragógica para a EJA em quatro linhas de ação: (I) elevação da escolaridade; (II) cursos de qualificação social e profissional (eixos educativos); (III) prática educativa; (IV) bolsa-auxílio (lei municipal).

A etapa de elaboração da proposta andragógica ocorreu de forma colaborativa entre a equipe técnica pedagógica e o corpo de professores que atuam na EJA. Nesta, foi feito um levantamento desses sujeitos através de questionário socioeducativo. De posse dos dados, conhecendo os sujeitos, partiu-se para a formação de professores, tendo sempre como entendimento o trabalho como princípio educativo. Por sua vez, a etapa de formação dos professores objetivou a apropriação dos princípios mobilizadores das ações; compreensão do desenho curricular de integração entre formação geral e profissional; levando a repensar os procedimentos metodológicos pela ressignificação e reorganização da EJA na escola participante dessa experiência. Tudo isso foi necessário para traçar um processo de sistematização e objetivação da realidade em consonância com a nova proposta curricular, norteada pela concepção freireana que une teoria e prática sempre com reflexão sobre as ações. Para tanto, organizou-se com os Componentes Curriculares de Formação Geral e o Eixo de Formação Social e Profissional, cuja subdivisão será apresentada a seguir. Tais Eixos são escolhidos, a partir dos interesses e necessidades dos estudantes, detectados no diagnóstico socioeducativo. Vale salientar que são passíveis de mudanças, conforme o contexto.

A partir de uma nova configuração curricular que abarcou conhecimentos prévios, saberes profissionais e da tradição, foi possível a criação de Eixos Integradores dentro da Formação Social e Profissional, os quais proporcionaram o exercício constante de problematizações sobre temas situados no cotidiano e rotina dos estudantes sem perder de vista o mundo do trabalho. São eles: Eixo I – Empreendedorismo (em parceria com o SEBRAE); Eixo II – Qualidade de Vida; Eixo III - Orçamentos e Educação Financeira; Eixo IV - Segurança do Trabalho.

As práticas avaliativas instituídas ocorreram de forma processual, periodicamente, reuniões entre a Equipe Pedagógica, os docentes para refletirem sobre as vivências andragógicas

no interior de cada Eixo de Formação Profissional e a articulação deles com os Componentes Curriculares de Formação Geral.

Os espaços de autoavaliação dos processos de ensino e aprendizagem colocaram em pauta as discussões sobre as formas de integração realizadas entre os conhecimentos gerais e específicos, visto que são os sujeitos atuam na condição de protagonistas das práticas andragógicas, estando envolvidos nas ações de (re)planejamento dos conhecimentos e metodologias vivenciadas, buscando vivenciar o movimento dialético de pensar sobre a realidade instituída por meio da ação-reflexão-ação, condição indispensável para a realização de mudanças ao longo do processo de implantação deste plano de ações integradas.

Ancorado na perspectiva freireana que apregoa a motivação como parte da ação, o projeto EJA QUALIFICA apresentou um processo de ensino aprendizagem de forma inovadora, como referencial norteador da ação educativa da EJA no que diz respeito à qualificação social e profissional.

A construção do Projeto em si começou analisando os dados do IDEB (Indicadores 2,5 da referida escola), conforme dados apresentados na plataforma Educação em números. Percebeu-se que um dos fatores era o elevado número de estudantes com 15 anos ou mais matriculados no ensino regular e mais de três anos de repetência na mesma série/ano. Selecionados os alunos que estavam nessa situação, fez-se necessário convocar os pais/responsáveis e alunos para compreender o processo de mudança: elevação da escolaridade e diminuição da distorção idade/série. Foi apresentado o projeto, havendo boa aceitação dos envolvidos, aumento considerável do número de matrícula (matrícula inicial 15 alunos e final 104).

Conforme já especificado anteriormente, os Eixos Integradores (social e profissional), articulados aos conteúdos dos componentes curriculares, e conseqüentemente fortalecidos com a Prática Educativa – como extensão do ambiente escolar deram a tônica deste trabalho. Para locais que envolvem o lado profissional do Estudante, pode-se considerar que foi um período de estudos práticos para aprendizagem e experiência. Essa atividade prática é encaminhada pela escola como forma de os estudantes trabalhadores, ou os jovens, buscarem iniciar sua jornada no mundo do trabalho, vivenciando ações em outros ambientes que fazem ou poderão fazer parte do seu cotidiano.

Para compreender melhor a condição da realidade desses Estudantes que chegam à EJA, e afirmar que, nas salas de aula, há bastante vivências diferenciadas, esse estudante enfrenta suas próprias particularidades, seu mundo, suas questões, seu trabalho, e seus porquês – fato que ocorre igualmente como outras salas de aula do ensino regular, as quais são desafiadas pelas vicissitudes da condição humana em sociedade. Então, partindo do princípio que, para realizar qualquer trabalho educativo se faz necessário, primeiro compreender os estudantes como: “sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas.” (Arroyo, 2007, p.7) e “Pensar os sujeitos além das condições escolares, ampliando o olhar para sua condição social e cultural (Andrade, 2004, p.3), lançou-se um olhar diferenciado sobre os estudantes de EJA da referida escola. O questionário aplicado revelou algumas características particulares destes estudantes, levando-se a refletir também sobre os porquês da evasão, do abandono e da permanência escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto EJA Qualifica proporcionou a resolução de problemas relevantes para sociedade, à medida que trouxe novos resultados e também sinalizou um caminho para se entender os sucessos e os fracassos dos estudantes, considerando os direitos e as garantias dessa prática educativa para esses estudantes com feições sociais tão específicas.

Em outras palavras, ao se reconfigurar a EJA, dá-se um passo para desconstruir a ideia limitada de educação formal e começar a ver essa modalidade de ensino com as riquezas que possui, isto é, multicultural e social que a compõe, por isso apresentou-se os resultados, partindo de elementos que ajudam a compreender melhor esses sujeitos e seus contextos.

Sendo assim, um dos primeiros aspectos observados foi o índice de violência. Com a chegada do projeto, os estudantes passaram a participar das aulas de forma colaborativa, entendendo qual a função social da escola e, conseqüentemente, o objetivo de estar e permanecer no espaço escolar, de forma que não mais se fez necessária a presença da Polícia Militar na escola.

A implantação da feira do aluno empreendedor realizada dentro de um contexto de economia criativa, os sujeitos que já estavam no mercado de trabalho passaram a entender a diferença entre o mercado de trabalho e o mundo do trabalho. Houve quem conseguiu emprego

no comércio local, a partir da credibilidade que eles passaram aos comerciantes, em virtude dos momentos proporcionados pela prática educativa. Como os eixos se estruturavam em cursos de qualificação social, os estudantes corresponderam à relação teoria/prática e, assim, alguns foram chamados para permanecer trabalhando no local do estágio via prática educativa.

Uma das grandes relevâncias desse projeto foi reduzir a evasão e o abandono – considerando que esse é um fator que colabora para que essa modalidade de ensino seja vista negativamente pela própria sociedade. No projeto, mesmo apresentando ausência em alguns momentos, os estudantes voltavam à escola. Para o projeto, as pequenas ausências foram consideradas como período de intermitência, ou seja, com possibilidade de retorno. Com uma ação de movimento e respeito ao estudante, teve-se retornos significativos e resultados exitosos no curso.

A coordenação da EJA fez a diferença, trouxe um novo olhar de companheirismo e afeto, tanto com educadores, quanto com os educandos – Os planejamentos proporcionavam uma troca de diálogos e partiam sempre dos estudos dos eixos integradores. Por sua vez, a formação dos educadores, mesmo com bastante dificuldade de reuni-los, aconteceu e todos entenderam que a participação em planejamentos fez a diferença para os estudantes permanecerem na escola.

Como o Projeto já está no seu terceiro ano de existência, os estudantes que prosseguiram nos estudos estão concluindo o Ensino Médio na escola estadual local, alguns com perspectiva para a universidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, este artigo trouxe uma demonstração da proposta andragógica de redimensionamento do programa da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Município de São Tomé a partir do ano de 2021, considerando as etapas de elaboração da presente proposta de ações integradas da EJA, formação docente, implementação e avaliação.

Por meio de um relato, é possível se refletir sobre mudanças significativas na EJA, a partir de mudanças curriculares, feitas de maneira colaborativa entre a equipe técnica pedagógica da Secretaria de Educação e o corpo de professores que atuam na EJA.

Nesse sentido, fez diferença o investimento na formação dos professores com foco na apropriação dos princípios mobilizadores das ações; compreensão do desenho curricular de

integração entre formação geral e profissional; pensamento sobre os procedimentos metodológicos pela ressignificação e reorganização da EJA na escola participante da experiência piloto.

A etapa de implementação e avaliação aconteceu de forma integradas, obedecendo o movimento dialógico da ação-reflexão-ação. Dessa forma, à medida que se propõe a realização das atividades da Dimensão de Qualificação Profissional, com seus Eixos Básicos Integradores, e da Dimensão de Formação Geral, com seus Eixos de Componentes Curriculares por Áreas de Conhecimento, devem ocorrer, em concomitância, às práticas de avaliação das metodologias de ensino e das aprendizagens efetivas.

O Projeto EJA Qualifica fez a diferença na Escola Municipal Monsenhor Manoel Pereira da Costa, localizada na cidade de São Tomé-RN. Em 2021, ano que a escola estava prestes a fechar o turno noturno, devido à redução considerável de matrícula na modalidade EJA, considerando também o período pós Pandemia da COVID 19, período em que os estudantes estavam bastantes desmotivados para voltar as salas de aula.

Pensar o sujeito além da condição escolar, mantendo o diálogo com ele é a chave para o ponto de partida, quando desejamos transformar realidades, ainda mais se tratando da EJA que possui suas próprias particularidades, seu mundo, suas questões, seu trabalho, e seus por quês. Eis o primeiro passo para combater a evasão e o abandono. Diálogos são os tijolos que pavimentam a estrada da permanência escolar.

Ao realizar este projeto, desejávamos combater os maiores problemas encontrados no ambiente escolar pós-pandemia, contudo fomos surpreendidas ao recebermos o Prêmio da União dos Dirigentes Municipais da Educação do Rio Grande do Norte UNDIME/RN, a Medalha de Educação Professora Justina Iva, pois esse projeto mudou os rumos da EJA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação. Brasília. 2014.

CARA, D. A Educação de jovens e Adultos (EJA) é tratada de maneira míope e desumana. *In: Entrevista à Uol educação.* 2014. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/colunas/daniel-cara/2014/08/26/o-maior-desafio-do-pne-e-a-educacao-de-jovens-e-adultos.htm>. Acesso em: 02 set. de 2023.

CARRANO, P. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007. Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/educacao_de_jovens_e_adultos_e_juventude_-_carrano.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

D’MASCHIO, A. L.; LOPES, M. **Porvir**: inovações em educação, 16. Jun. 2023. Entrevista com Cláudia Borges, diretora de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do MEC. A educação deste país tem uma dívida com o público da EJA. Disponível em: <https://porvir.org/a-educacao-deste-pais-tem-uma-divida-com-o-publico-da-eja/> Acesso em: 10 set. 2023.

FREIRE. P. **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HADDAD, S.; PIERRO, M. C. D. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, maio/jun/jul/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

PIERRO, M. C. D. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. Campinas, **Educ. Soc.**, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/15.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

PIERRO, M. C. D. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas pública de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial – out, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mbngdHjkWrYGVX96G7BWNRg/?format=pdf>. Acesso em: 03 out. 2023.

TAMAROZZI, E. **Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.